

Pesquisa de vitimização: notas metodológicas

Yolanda Catão

Durante longo tempo, o tema recorrente entre pesquisadores e estudiosos da violência, criminalidade e segurança pública tinha como foco a carência de dados estatísticos e a má qualidade dos registros oficiais. Não obstante o avanço significativo na produção de informações estatísticas na última década, persistem os problemas de confiabilidade e validade dos registros administrativos.

A falta de integração entre as bases de dados e a dificuldade de acesso às fontes de informações constituem outros obstáculos, que, juntamente com a carência de informações válidas e fidedignas, impedem uma análise confiável do fenômeno do crime na sociedade brasileira contemporânea. Note-se, no entanto, que várias Secretarias de Segurança Pública estaduais divulgam informações criminais e, em alguns Estados, existem leis que obrigam a publicação de estatísticas policiais. Na área federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) reúne e sistematiza dados produzidos pelas Polícias das Unidades da Federação, divulgando, pela Internet, estatísticas criminais e informações sobre as organizações de segurança pública. Portanto, já existe um estoque apreciável de estatísticas oficiais tendo como base os registros policiais.

Os registros policiais representam uma parcela pequena dos delitos praticados. A chamada “cifra obscura” – quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento da Polícia – não

acontece só no Brasil. A subnotificação (crimes não reportados à polícia) e o sub-registro (crimes reportados mas não registrados) constituem um fenômeno que ocorre em todos os países, variando em grau de intensidade. Muitas vítimas não registram os crimes que sofreram por motivos diversos. A disposição da vítima de informar o crime à polícia depende, entre outros: da natureza e gravidade do delito; da credibilidade da polícia; da confiabilidade no sistema de justiça criminal; do relacionamento com o agressor; do receio de represálias; do valor perdido ou por haver reparação por outras vias.

A pesquisa de vitimização surge como uma alternativa para a mensuração da criminalidade. A partir das informações obtidas junto à vítima, é possível reduzir a subnotificação, estimando a quantidade de crimes ocorridos e não reportados à polícia. Além das características das vítimas e dos agressores, por meio da pesquisa de vitimização é possível conhecer os motivos da subnotificação e as circunstâncias em que ocorreu cada crime, bem como identificar grupos de risco (nível de exposição e vulnerabilidade) e conhecer atitudes da população em relação aos agentes encarregados da administração da justiça. Surveys de vitimização permitem também avaliar o impacto de determinados crimes sobre o sentimento de insegurança da população.

Uma das limitações desse tipo de pesquisa decorre da dependência da memória do entrevistado e da avaliação subjetiva da gravidade

do crime do qual foi vítima. Quanto menor for o período de referência, menor a chance de perda de memória no que se refere à vitimização. Isso também ocorre quando uma pessoa responde sobre experiências vivenciadas por outros membros do domicílio. Por esse motivo, críticas têm sido feitas em relação a períodos mais longos, com maior dependência da memória, uma vez que os resultados da pesquisa podem ficar comprometidos. Na maioria das pesquisas, o período de referência adotado é de um ano, às vezes, conjugado com períodos maiores, como cinco anos ou mesmo a vida toda.

É preciso deixar claro que as pesquisas de vitimização não substituem as estatísticas oficiais, constituindo-se em instrumento alternativo e complementar de mensuração da criminalidade. Ao se confrontarem os dois tipos de fontes, podem ser obtidos subsídios necessários para a formulação e o planejamento de políticas de segurança mais eficazes.

As primeiras pesquisas de vitimização foram desenvolvidas, na década de 60, nos Estados Unidos e, desde os anos 70, são publicadas séries anuais com os resultados dos *surveys* realizados em âmbito nacional. Atualmente, países da União Européia, da América do Sul e da África têm realizado pesquisas de vitimização dirigidas por órgãos governamentais ou instituições de pesquisa. Alguns, de forma contínua, como a Inglaterra e França, outros de maneira mais intermitente. A maioria participa da pesquisa internacional promovida pelo United Nations International Crime and Justice Research Institute (UNICRI), com questionário e metodologia padronizados. É importante notar que, por ser comparativa e padronizada, essa pesquisa tem o inconveniente de adotar definições genéricas para os delitos, com o objetivo de abranger o maior número possível de países, e questionário com conteúdo que nem sempre corresponde a interesses nacionais.

Pesquisas de vitimização temáticas, referentes a grupos específicos da população, tais como mulheres, jovens e estudantes, têm sido

desenvolvidas com o objetivo de medir e analisar a vitimização destes grupos.

No Brasil, a primeira pesquisa de vitimização foi feita, no Rio de Janeiro, em 1992,¹ coordenada pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud).² Desde então, vários levantamentos foram realizados, abrangendo municípios ou regiões metropolitanas. A maior parte das pesquisas no país está concentrada na Região Sudeste (20), sendo que a metade destas foi feita no Rio de Janeiro (região metropolitana e município).³ Os resultados dessas pesquisas são pouco aproveitados pelos órgãos governamentais responsáveis pela segurança pública. Muitas vezes, os dados não são nem divulgados, sendo considerados de uso restrito da instituição que coordenou a pesquisa ou do órgão que a encomendou. Como o custo desse tipo de *survey* é extremamente alto e comumente o financiamento é de origem pública, seria conveniente que houvesse uma conjugação de esforços por parte dos pesquisadores no sentido de estabelecer parâmetros mínimos de comparabilidade quanto à metodologia adotada e os crimes investigados.

É praticamente impossível comparar os dados das pesquisas realizadas no país em razão das diferenças metodológicas, presentes tanto no desenho da amostra quanto no questionário. Outro fator que dificulta a comparação refere-se à escolha do período de referência e da população-alvo. A opção metodológica quanto ao respondente (chefe do domicílio ou vítima) também interfere bastante nos resultados da pesquisa pelos motivos relacionados anteriormente. Devido aos altos custos de pesquisas do gênero, muitas vezes, as escolhas metodológicas são determinadas pelo orçamento destinado ao projeto.

O objetivo inicial era comparar os dados dos levantamentos mais recentes no Brasil. Nos últimos três anos, foram realizadas sete pesquisas de vitimização, com as seguintes abrangências:

1 O suplemento Participação Político-Social da PNAD de 1988, usualmente citado como sendo uma pesquisa de vitimização e a primeira nacional, na realidade, incluiu apenas algumas perguntas sobre o tema.

2 O Ilanud coordenou mais duas pesquisas no Brasil: outra no Rio de Janeiro e uma em São Paulo. As pesquisas desse instituto baseiam-se na metodologia padronizada do UNICRI.

3 Abrangência das pesquisas: Regiões Metropolitanas de Belém, Goiânia, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo (esta última pesquisa foi feita pela Fundação Seade e inclui municípios com mais de 50 mil habitantes). Com exceção das duas primeiras, a pesquisa de vitimização foi realizada em mais de uma ocasião nas outras regiões metropolitanas. Os municípios que aplicaram esse tipo de levantamento foram: Rio de Janeiro, São Paulo, Marília, Belo Horizonte, Vitória, Brasília, Recife, Curitiba, Foz de Iguaçu e Alvorada (RS).

4 Instituições que coordenaram as pesquisas, pela ordem: Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Nepp/ SSP/ PR), Núcleo de Pesquisa das Violências (Nupevi/IMS/ UERJ), Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Instituto Maurício de Nassau (Grupo Universitário Maurício de Nassau/PE).

Curitiba e Foz do Iguaçu (2005); município do Rio de Janeiro (2005/06); Região Metropolitana de Belo Horizonte (2006); Região Metropolitana de São Paulo e municípios com mais de 50 mil habitantes (2007); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2007); e Recife (2008).⁴ Os resultados das pesquisas realizadas no Paraná, Belo Horizonte e São Paulo não foram divulgados e nem disponibilizados. Em consequência, serão apresentados apenas alguns dados daquelas desenvolvidas no Rio de Janeiro, uma vez que as informações disponibilizadas de Recife não permitem qualquer comparação.

As duas pesquisas feitas no Rio de Janeiro apresentam resultados bem distintos, que refletem as diferenças metodológicas. Ainda assim, resolveu-se apresentar alguns dados básicos que demonstram a interferência da metodologia nos resultados de uma pesquisa de vitimização e a necessidade de estabelecer procedimentos metodológicos mínimos para que *surveys* deste tipo sejam comparáveis.

O quadro a seguir mostra algumas das diferenças metodológicas entre as duas pesquisas.

Características	Instituições coordenadoras	
	Nupevi/IMS/UERJ	ISP/SSRJ
Ano	2005/2006	2007
Abrangência	Município	Região Metropolitana
Tamanho da mostra	4.000	5.000
Período de referência	Toda a vida e 1 ano	1 ano e 5 anos
População	15 anos e mais	16 anos ou mais

Com relação ao período de referência, a pergunta do questionário produzido pelo ISP era “a última vez que ocorreu o crime” e do Nupevi era “nos últimos 12 meses”. A diferença é que “a última vez que ocorreu o crime” não é necessariamente nos últimos 12 meses, podendo ter acontecido há 1 ano, 2 ou mais. A forma, o conteúdo e a posição de uma pergunta no questionário influenciam na resposta do entrevistado (Almeida, 2002).

A amostra foi calculada de forma bastante diferente.⁵ Os resultados apresentados a seguir comprovam as diferenças.

5 Para maiores detalhes da amostra do Nupevi, ver Pesquisa domiciliar de vitimização na cidade do Rio de Janeiro, 2005/2006, Relatório Final. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/nupevi>>. Para a amostra do ISP, ver o banco de dados da Pesquisa de condições de vida e vitimização, 2007. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>>.

Taxas de vitimização e notificação, segundo tipos de crime

Crimes	em porcentagem			
	Nupevi/IMS/UERJ		ISP/SESEG-RJ	
	Vitimização	Notificação	Vitimização	Notificação
Furto de carro	0,7	22,7	10,0	32,3
Furto de outro bem (objetos)	6,3	22,7	9,5	25,0
Roubo de carro	3,0	28,5	7,5	71,9
Roubo de outro bem (objetos)	6,6	28,5	11,7	40,6
Agressão física	2,0	18,4	12,6	24,7
Agressão sexual	-	-	0,4	15,6

Algumas observações são necessárias. Ainda que a abrangência da pesquisa do ISP seja a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os dados aqui apresentados foram desagregados para se referirem ao município do Rio de Janeiro. Outras adequações não foram possíveis. Nesta pesquisa, as tentativas foram consideradas. Já a pesquisa da UERJ só computa o fato consumado.

Enquanto o ISP englobou, na categoria “veículo”, carro, motocicleta e bicicleta, o Nupevi contabilizou apenas os proprietários de carro. Apesar de muitos donos de bicicleta não registrarem o furto e o roubo, por considerarem objeto de “pequeno valor” ou que “não vale a pena”, certamente outros notificam, o que pode ter aumentado os casos de registro deste tipo de crime. Na pesquisa feita pelo Nupevi,

6 A notificação é aqui entendida como registro da ocorrência.

7 O ISP, subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, disponibilizou a base de dados da pesquisa de 2007.

8 Portaria n. 13, de 11 de julho de 2008.

todos os roubos e furtos estão agregados no que se refere à notificação do crime. A elevada taxa de notificação⁶ para a categoria “roubo de veículo”, nos dados do ISP, é justificada pelo fato de o proprietário, geralmente, necessitar do registro policial para solicitar ressarcimento junto à seguradora.

A comparação dos dados de agressão física é um pouco mais complexa. O questionário elaborado pelo ISP engloba, na mesma pergunta, “agressões e ameaças”, listando desde “insulto” até “esfaqueamento ou tiro”. Foram desagregadas as “situações” descritas no questionário para separar apenas aquelas que envolviam agressões físicas. Devido ao inexpressivo número de casos de agressão sexual, esta ocorrência não foi considerada pela pesquisa da UERJ.

Como se pode observar, as taxas tanto de vitimização quanto de notificação são bem maiores nos dados do ISP do que na pesquisa do Nupevi. Evidentemente, isto se deve às diferenças metodológicas, a começar pela amostra que foi selecionada de forma distinta. Estudo comparando pesquisas de vitimização feitas no Brasil, utilizando metodologias diferentes, mostrou que as taxas de vitimização por algum tipo de crime em uma das pesquisas atingiam em média mais do que o dobro daquelas reveladas pela outra pesquisa, para o Rio de Janeiro (Fajnzylber; Araujo Jr., 2001).

Há uma dispersão de esforços quando se trata da produção de pesquisas de vitimização. Levantamento custoso e complexo, as diver-

sas experiências acumuladas no país não têm sido discutidas e aproveitadas para tomada de decisões e formulação de políticas públicas. As informações produzidas acabam circunscritas a determinadas áreas e setores, sendo mais utilizadas pelo círculo acadêmico do que por agências governamentais encarregadas do planejamento de políticas de segurança pública. Por outro lado, é pequena a circulação de informações entre os pesquisadores, que, com algumas exceções, não disponibilizam os resultados de suas pesquisas de vitimização.⁷

A falta de comparabilidade das pesquisas, em função de diferenças metodológicas já mencionadas, indica que o caminho passa pela realização de uma pesquisa de vitimização, em escala nacional, que seja contínua, para que possam ser estabelecidos padrões e tendências ao longo do tempo. Nesta direção, a Senasp criou um Grupo de Trabalho Técnico, denominado Conselho Gestor, com o objetivo de definir a metodologia que será utilizada na Pesquisa Nacional de Vitimização e acompanhar o trabalho da instituição executora. É importante que sejam consideradas as experiências, nos diversos níveis, dos pesquisadores deste tipo de levantamento.⁸

Já existe um acervo considerável de estatísticas criminais no país. É necessário que elas sejam qualificadas e apropriadas pelas agências governamentais nacionais, regionais e locais para a elaboração de diagnósticos consistentes, de forma a possibilitar o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública.

Bibliografia:

ALMEIDA, A. C. O efeito do contexto e posição da pergunta no questionário sobre o resultado da medição. *Opinião Pública*, Campinas, v.8, n. 2, 2002.

CATÃO, Y. Pesquisas de vitimização. In: CERQUEIRA; LEMGRUBER; MUSUMECI (Orgs.). Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Ipea e CESeC/UCAM, 2000.

DIAS DE SOUZA, D. M. B.L.; RABELO, F. C. E. Vitimização e sentimento de insegurança em três municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Seminário Temático Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos. Caxambu-MG, 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007.

DUARTE, M. S. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização – 2007. Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública, 2007 (Série Análise Criminal).

FAJNZYLBER, P.; ARAUJO JR., A. Violência e criminalidade. Cedeplar/Face/UFMG, 2001 (Texto para Discussão, 167).

FELIX, S. A.; CARVALHO, M. R. Denunciar ou não: o dilema da vitimização. Seminário Temático Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos. Caxambu-MG, 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007.

LIMA, R. S. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n.80, março 2008.

NAUDÉ, C.M.B.; PRINSLOO, J.H.; LADIKOS, A. Experiences of crime in thirteen african countries: results from the International Crime Victim Survey. Turin, UNICRI-UNODC, 2006 (Electronic publication).

OLIVEIRA, A Termômetro da insegurança e vitimização na cidade de Recife. Recife, Instituto Maurício de Nassau, 2008 (Relatório de pesquisa).

ROBERT, P.; ZAUBERMAN, R.; RODRIGUEZ BASANTA, A.; RECASENS i BRUNET, A. Les enquêtes sur la victimation et l'insécurité en Europe. *Assessing Deviance, Crime and Prevention in Europe*. *Crimprev Info*, n. 5, novembre 2007.

UNITED NATIONS. International Crime Victimization Survey. *Methodology*, 2008. Disponível em: <<http://www.unicri.it/wwwd/analysis/icvs>>.

DELUCHEY, J. -F. Vítimas, insegurança e segurança pública no Estado do Pará: um diagnóstico. Belém, 2005 (Relatório da Pesquisa Avaliação e Planejamento na Área de Segurança Pública. Diagnóstico da Segurança Pública no Estado do Pará).

ZALUAR, A. (Coord.). Pesquisa Domiciliar de Vitimização na Cidade do Rio de Janeiro 2005/2006, Rio de Janeiro, Nupevi/IMS/UERJ, 2006 (Relatório final).